
ELÍSIO ESTANQUE

Centro de Estudos Sociais

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Acção colectiva, comunidade e movimentos sociais: para um estudo dos movimentos de protesto público

85

O presente texto procura lançar as bases para uma abordagem sociológica das modalidades de protesto público que vêm surgindo na nossa sociedade, sobretudo a partir da década de oitenta, e cujas características principais parecem ser: a sua natureza heterogénea; o carácter localizado, disperso e efémero, e o enquadramento comunitário; o radicalismo e espectacularidade das acções; a ausência de ideologias programáticas; a orientação para a exposição mediá-

tica. Até que ponto estas formas de acção colectiva são ou não movimentos sociais? O que têm elas de «novo» e de «velho»? De «conservadorismo» ou de sentido «emancipatório»? Eis algumas das interrogações que orientam a discussão. O artigo desenvolve uma reflexão sobre os movimentos sociais – velhos e novos – concluindo com a proposta de um programa de pesquisa sociológica dedicado ao estudo dos movimentos de protesto ao longo da última década.

A contestação colectiva assume por vezes características de «*multidão*» (nos termos em que Robert Park usou este conceito), cujos principais traços se definem pela emotividade, sugestibilidade, intolerância e unanimidade. A multidão suprime as diferenças entre os seus membros e, de forma acrítica e emotiva, fixa unanimemente a sua atenção num dado objectivo, tornando-se, deste modo, «o instrumento plástico do seu líder, cuja capacidade sugestiva é seguida sem qualquer resistência» (Park, 1972: 47)¹. A exci-

1. Introdução

¹ O criminologista italiano Scipio Sighele – numa linha desenvolvida por nomes como Gabriel Tarde, Gustave Le Bon, Pasquale Rossi e parcialmente apropriada por R. Park – sustentava que na multidão, as capacidades intelectuais dos indivíduos se bloqueiam umas às outras, enquanto as suas emoções são intensificadas através da interacção recíproca, de tal modo que o colectivo ganha uma individualidade própria – uma espécie de «mente» autónoma «*the crowd mind*» – que se rege por um sentimento unitário cuja força é a ampliação da soma das intensidades emocionais de cada indivíduo. Deste modo, defendia Sighele, «os sentimentos podem ser acumulados uns sobre os outros; [enquanto] para os pensamentos apenas existe uma média aritmética. Por isso cem homens corajosos fazem um agregado heroicamente corajoso, enquanto

tação colectiva das multidões foi durante muito tempo associada a contextos mais identificados com a sociedade tradicional, em contraposição às modernas sociedades políticas, onde tenderia a prevalecer a racionalidade e onde os comportamentos do «*público*» seriam supostamente mais marcados pelo enquadramento ideológico e doutrinário (Mannheim, 1936)².

Todavia, não é incomum que, nas sociedades actuais, certas formas de protesto colectivo ou movimentos sociais sejam despoletados sob «*condições de emergência*» onde a unanimidade das paixões se combina ou até se sobrepõe à diversidade dos interesses e das consciências, conjugando-se ambas as dimensões na base de um dado elemento aglutinador: a presença de um adversário, de uma ameaça, ou de uma efectiva agressão às condições de vida de uma dada colectividade. Muitas revoluções sociais e políticas ao longo da história começaram por movimentos de carácter disperso e espontâneo (Skocpol, 1985). À medida que os movimentos se vão expandindo e ganhando força política, à medida que se afirmam as suas lideranças, se estruturam os seus programas de orientação ideológica e se sedimentam as suas bases organizativas, tende do mesmo passo a reforçar-se a componente formal e, por isso, sobretudo nas sociedades democráticas ocidentais, as conquistas alcançadas pelos movimentos sociais caminham geralmente de par com a sua progressiva cooptação e enquadramento institucional. Foi o que aconteceu com os velhos movimentos sociais – o movimento democrático, dos direitos cívicos, os partidos políticos e, mesmo, o movimento operário e sindical – quando, sobretudo a partir de meados dos anos sessenta, começaram a evidenciar claros sinais de esgotamento, criando assim condições para a emergência dos novos movimentos sociais (NMS).

Abdicando em parte das velhas bandeiras revolucionárias e da utopia socialista em favor da protecção assistencial, da «concertação» e do acesso ao consumo, o movimento operário começou então a ser ultrapassado pelas novas propostas

cem homens brilhantes apenas dão lugar a um grupo medianamente inteligente» (Sighele, *Psychologie des Aulfauts*, apud Park, 1972: 8, nota 7).

² Como é sabido, os contextos de *excitação controlada* das populações não deixaram de fornecer aos Estados modernos importantes instrumentos de regulação social, funcionando como *válvulas de escape* do controlo social e do descontentamento político, de que é exemplo a promoção do desporto de massas, quer nos regimes autoritários quer nos democráticos (de Grazia, 1981; D'Épinay *et al.*, 1982; Elias e Dunning, 1992).

e formas de intervenção social e política dos NMS (Santos, 1994: 221-228). Assistiu-se a um novo radicalismo em que as pressões sobre o Estado combinaram o sentido pragmático da intervenção com a rejeição do dogmatismo. O clima da guerra fria, a corrida aos armamentos, as crises económicas, a guerra do Vietname, o espectro de uma guerra nuclear, a crise do Estado-Providência, lado a lado com a denúncia do estalinismo e da ortodoxia leninista, constituíram um leque de factores que animaram os movimentos juvenis e estudantis desse período, aos quais se juntou o descontentamento perante o sistema de ensino e as condicionantes gerais da democracia representativa, dando lugar a amplas movimentações de massas, dinamizadas pela juventude escolarizada dos países mais avançados e afirmando, assim, um novo radicalismo de classe média (Mouffe, 1996; Eder, 1993)³.

Evidentemente que a análise destes fenómenos aplicada à sociedade portuguesa terá de obedecer a pressupostos de natureza diferente. Em Portugal, os movimentos sociais revestiram-se sempre das inúmeras peculiaridades que caracterizaram o processo de modernização socioeconómica do país, o qual foi – está a ser – como se sabe, tardio e repleto de contradições e ambiguidades.

O objectivo do presente texto é lançar as bases para uma abordagem das modalidades de protesto público que vêm surgindo na nossa sociedade, desde meados da década de oitenta, e cujas características principais parecem ser: a heterogeneidade das suas bases de apoio; o carácter localizado, disperso e efémero, e o enquadramento comunitário; o radicalismo e espectacularidade das acções; o esbatimento das ideologias programáticas; a orientação para a exposição mediática, em especial através da televisão. Até que ponto estas formas de acção colectiva são ou não movimentos sociais? O que têm elas de «novo» e de «velho», atendendo às anteriores e mais marcantes experiências de acção colectiva ocorridas na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril? São elas predominantemente espontâneas ou planeadas estrategicamente? Que papel estão a ocupar ou podem ocupar na construção de uma cidadania activa e de uma democracia mais participada? Faz sentido distingui-las na base das suas motivações, segundo o seu sentido conservador ou progressista? Qual a relevância das experiências de luta do movimento operário – e a difusão da «*linguagem de classe*»

³ Veja-se, entre outros, Touraine (1981); Offe (1985); Melluci (1985); Dalton e Kuechler (1990); Eyerman e Jamison (1991); Cohen e Arato (1992).

– para a compreensão de protestos públicos onde a proximidade do sentido comunitário parece ser uma condicionante a ter em conta? Que significado pode, a este propósito, ser atribuído aos movimentos populares do pós-25 de Abril? Que relação existe entre as mais recentes tendências de fragmentação do trabalho e de expansão das modalidades de consumo, e estas formas de contestação colectiva?

Não é possível, no âmbito deste artigo, fornecer respostas empiricamente fundamentadas para todas estas interrogações. O que se pretende é, por um lado, sistematizar alguma reflexão teórica relacionada com a acção colectiva e os movimentos sociais e, por outro lado, discutir alguns dos contextos de luta social e política da história portuguesa recente, equacionando o papel da dimensão discursiva e ideológica em torno da *classe* com o papel da *dimensão comunitária* que ajudou a estruturar a sua acção. Procurarei mostrar até que ponto a reflexão em torno destas questões permite enquadrar o campo de análise das actuais formas de protesto público, concluindo com a formulação de algumas propostas para um programa de pesquisa em torno de um fenómeno que, a diversos títulos, me parece central no actual quadro político-institucional da sociedade portuguesa.

2. A linguagem de classe e a acção colectiva

Como se sabe, as experiências de acção colectiva inscritas na história do movimento operário – e seja este considerado genericamente ou no âmbito mais estrito da sociedade portuguesa – não podem ser tomadas *à priori* como experiências *de classe*, num sentido estrito. A emergência da classe operária inglesa, sobretudo ao longo do século XIX, apesar de derivar em larga medida dos antagonismos estruturados pelas relações produtivas, apoiou-se fortemente em dinâmicas e formas de acção sediadas noutras esferas da identidade colectiva. Diversos estudos históricos sobre a formação da classe operária ou sobre as grandes rupturas revolucionárias ocorridas no capitalismo, chamam justamente a atenção para a importância das múltiplas e complexas articulações entre a luta de classes e outros factores de natureza socio-cultural ou institucional, tais como as identidades comunitárias ou a emergência do moderno Estado-nação (Hobsbawm, 1965; Thompson, 1987; Jones, 1989; Tilly *et al.*, 1975; Tilly, 1978; Skocpol, 1985⁴).

⁴ Theda Skocpol, ao estudar as revoluções francesa, russa e chinesa,

A nível local, as acções de mobilização popular tanto podem resultar de rivalidades entre colectividades vizinhas – lutas entre aldeias, vilas ou bairros – como do impacto de mudanças estruturais mais ou menos bruscas. Pode dizer-se que as lutas colectivas (sejam elas de tipo «reactivo» ou «pró-activo») se apoiam geralmente em exigências que não puderam ser realizadas por outra via, mas tal não deve significar que elas sejam sempre fundamentadas na base do interesse racional. A noção de interesse, ou mais especificamente, a temática dos «interesses de classe», suscitaria toda uma reflexão que não pretendo aqui desenvolver⁵. Em todo o caso vale a pena recordar alguns aspectos que se ligam com a noção de interesses e as suas conexões com a acção colectiva.

No caso da produção industrial, por exemplo, onde os interesses económicos são abertamente antagónicos na relação capital / trabalho, Claus Offe chamou a atenção para a discrepância existente quanto às possibilidades de realização desses interesses: enquanto os capitalistas podem realizar os seus interesses individualmente – realizam-se, portanto, no próprio quadro do mercado concorrencial – no caso da classe trabalhadora, a prossecução dos seus interesses exige a mobilização colectiva, o que requer múltiplas negociações entre os seus membros (e representantes), dificultando sobremaneira a possibilidade de acção, dada a sua natureza *dialógica* (Offe e Wiesenthal, 1984). Todavia, o que aqui pretendo questionar é sobretudo até que ponto a acção colectiva pode ser compreendida a partir do conceito de interesses ou da ideia de racionalidade. Autores como Olson e Elster sustentam que as teorias marxistas da acção de classe erraram ao assumir que os indivíduos tendem a agir numa base racional na perseguição dos seus interesses comuns. O primeiro salienta a presença de interesses individuais e racionais no seio dos grupos ou organizações (em particular os de

detectou conjunturas semelhantes que favoreceram tais revoluções sociais, como sejam: 1) a incapacidade dos respectivos estados de antigo regime em enfrentar concorrentes externos; 2) o alastramento da revolta das classes baixas e em especial do campesinato; e 3) tentativas por parte dos novos líderes políticos mobilizadores de massas para consolidar o poder de Estado (Skocpol, 1985: 54).

⁵ Não me parece relevante nem porventura seria esclarecedor retomar as velhas discussões em torno dos interesses «fundamentais» *versus* interesses «imediatos» da classe operária. Obviamente, e por maioria de razão, a tradicional ortodoxia acerca do interesse «fundamental» da classe operária pelo socialismo é um pressuposto hoje rejeitado pela generalidade dos autores marxistas.

maior dimensão), mas conclui que o resultado disso não é a promoção mas antes a inibição da participação nas acções colectivas: «a acção de classe não ocorrerá se os indivíduos que compõem uma dada classe agirem racionalmente» (Olson, 1998: 96). Já Jon Elster (1991) se referiu, a este propósito, ao que designou como o síndrome do *free-rider*: um jogo em que o indivíduo «I» está de um lado (decidindo por si se deve ou não envolver-se em determinada acção) e todos os restantes do outro; cada um pensa no que tem a ganhar e a perder participando ou abstendo-se; se todos os outros participarem e o indivíduo «I» se abster, este pode beneficiar dos resultados da acção dos restantes; se todos os outros se absterem e ele também, pode na mesma beneficiar ao evitar expôr-se a uma acção unilateral. A consequência de uma tal lógica é que, se todos os agentes na posição de «I» pensarem assim, todos decidirão abster-se e a acção colectiva não terá lugar⁶ (Elster, 1991: 360).

A discussão em torno destes problemas centrou-se durante décadas na questão da classe enquanto força social de mobilização colectiva. Mas é sabido que as acções de classe sempre dependeram de múltiplos factores socioculturais e não tanto dos interesses essencialistas ou dos determinismos estruturais como pretendeu o marxismo ortodoxo. Por isso, a análise contextualizada das «capacidades de classe» é preferível à visão determinista acerca da «consciência de classe». Quer isto dizer que as «capacidades de classe» não estão sempre estritamente enraizadas na produção, antes são em geral modeladas por outros factores, incluindo a persistência de comunidades tradicionais e identidades culturais pré-existentes, não se reduzindo, pois, ao desenvolvimento das forças produtivas (Aminzade, 1984: 437). Se a mobilização colectiva é necessariamente a expressão de uma qualquer dimensão identitária, torna-se importante dar atenção ao significado simbólico das práticas sociais para melhor captarmos, não os *interesses* essenciais de um grupo ou actor colectivo, mas os *objectivos* – no sentido referido por Ted Benton (1985) – culturais, políticos e identitários que guiam

⁶ Todavia, outros factores tendem a impelir os membros de um dado grupo para as acções colectivas, quando estas se dirigem à conquista de um benefício comum. É o caso, por exemplo, das estruturas coercivas da organização, as formas de liderança e os recursos mobilizáveis. A dimensão do grupo é importante na medida em que, para Olson e outros, é sobretudo nos pequenos grupos ou colectividades que o envolvimento espontâneo de todos os membros é maior.

uma tal acção. Assim, mesmo quando se trata de compreender as condições da acção de uma dada classe – o operariado, por exemplo – os interesses manifestam-se sempre no quadro de identidades sociais em relação às quais estão, em certa medida, dependentes (Marshall, 1997: 52). Como frisou Pizzorno (1978), a identidade precede os interesses, ou, dito de outro modo, são sobretudo a experiência e as práticas que condicionam a subjectividade e a vontade dos actores, e não tanto o processo inverso (Laclau e Mouffe, 1985)⁷.

Convém recordar que a emergência histórica dos velhos movimentos sociais teve lugar no quadro do moderno Estado-nação e, de certa maneira, surgiu como uma resposta aos excessos mercantilistas e despóticos do capitalismo liberal. Resposta essa que, no caso do movimento operário, representou a afirmação de uma identidade de classe em larga medida estruturada por oposição à identidade nacional. Todavia, se a nação não é uma entidade homogénea mas antes uma *comunidade* parcialmente ficcionada e *imaginada* (Anderson, 1992), também a imagem do proletariado enquanto supersujeito da transformação histórica foi mais um produto da fabricação mítica do marxismo do que um actor colectivo concreto. Mas, dito isto, importa acrescentar que a dimensão simbólica e discursiva, seja da nação seja do movimento operário ou do proletariado, não lhes retiraram importância no plano social e político. Ou seja, a *narrativa* da classe operária teve consequências fundamentais na estruturação de formas e representações identitárias das classes trabalhadoras do mundo inteiro, muitas delas consubstanciadas em acções concretas e revoluções que derrubaram governos, Estados e regimes políticos, participando de forma decisiva nas profundas mudanças sociais que hoje atravessam o mundo.

Contudo, para além do conteúdo crítico e da orientação revolucionária do discurso marxista, ele enquadra-se, como é

⁷ Numa linha semelhante, os autores da escola neoweberiana de Essex (Marshall *et al.*, 1988), admitem que as identidades classistas sejam primariamente oriundas da produção, mas sublinham: «isso não é sempre verdade nem tem consequências uniformes. Identidades sectoriais, tanto como identidades de classe, podem emergir de experiências particulares de trabalho, mas elas não têm de ser permanentes ou duráveis. Podem ser activadas em circunstâncias particulares, por exemplo, no contexto de uma disputa industrial ou quando a fábrica está sob ameaça de encerramento, mas noutras ocasiões permanecem latentes. Nessas alturas, as esferas da vida fora do trabalho são provavelmente as mais salientes para activar as identidades sociais. Na verdade, para alguns indivíduos estas identidades podem modelar outras identidades potenciais» (Marshall *et al.*, 1988: 273).

sabido, no paradigma racionalista da modernidade. Mesmo sem esquecer que o discurso internacionalista de Marx e Engels antecipou em cento e cinquenta anos alguns dos actuais apelos às formas contra-hegemónicas e transnacionais de emancipação, há que notar, por outro lado, que a expansão global da doutrina marxista foi fundada em bases nacionais e assente na ideia de um sistema produtivo «nacional». Embora pareça paradoxal, tal perspectiva repousava, afinal, sobre uma visão idealista e liberal, segundo a qual as classes se estruturam na base de uma miríade de indivíduos com características comuns e capazes de actuar racionalmente para organizar os seus interesses de classe em acção colectiva.

Nos tempos correntes, tornou-se um lugar-comum assumir a falência histórica do marxismo enquanto ideologia. Mas, a presente discussão é de outra ordem. Procura antes ter presente os impactos sociais e simbólicos do discurso marxista na modelação da acção colectiva, ou, se quisermos, de uma «identidade de classe», questionando até que ponto essa identidade existiu ou não. Na realidade, a visão marxista de uma luta de classes de âmbito nacional nunca teve tradução empírica já que, à escala da nação, nunca foi possível observar uma classe em acção (enquanto sujeito colectivo), pois qualquer espaço nacional contém uma imensidão de contextos diversificados, culturas e formas identitárias e, portanto, a esse nível, a classe não passa de uma abstracção. A crítica weberiana ao determinismo marxista foi, sem dúvida, muito certeira, nomeadamente ao sublinhar a maior probabilidade da classe surgir como entidade observável na escala local – apesar de ser difícil que a acção de classe coincida com a comunidade⁸ – onde os conflitos concretos ganham maior visibilidade, emergindo muitas vezes na base de similitudes locais, de circunstâncias particulares e de interesses

⁸ No seu famoso texto «Classe, Status e Partidos», Weber (1989) sustenta que, embora uma situação comum de classe possa fazer despontar uma acção de comunidade, não se trata de modo nenhum de um fenómeno universal: «Toda e qualquer classe *pode*, pois, ser veículo de qualquer 'acção de classe', possível em inúmeras formas, mas não tem necessariamente de o ser, e em qualquer caso não constitui, por si própria, uma comunidade (...). Se, pois, as classes em si não 'são' comunidades, não é menos verdade que as situações de classe são engendradas meramente na base de um processo de agregação comunitária. Simplesmente, a acção comunitária que constitui a sua génese não é, no seu aspecto fulcral uma actuação dos participantes de uma mesma classe, mas sim uma actuação *entre* membros de diferentes classes» (Weber, 1989: 741).

partilhados em oposição ao enquadramento do capital ou do poder político (Calhoun, 1982: 15; Thompson, 1987).

Seja como for, a questão do espaço continua a ser crucial na articulação entre a classe e a comunidade. Do mesmo modo que as relações de produção e de reprodução do capitalismo não podem ser tomadas como entidades a flutuar no vazio, os processos sociais de estruturação identitária e de conflitualidade⁹ social – sejam eles baseados na classe, na nação ou numa dada localidade – decorrem sob o ritmo da estruturação espacial (Thrift, 1987 e 1996; Sibley, 1995; Gregory e Urry, 1985). Apesar dos fenómenos da globalização estarem a levar à erosão da ideia tradicional de «local», e ainda que as lutas e protestos locais se dirijam a forças que se inscrevem numa lógica global, o que é facto é que as bases de determinação da acção e do protesto colectivo permaneceram geralmente enraizadas em contextos claramente espacializados. Se, mesmo em períodos de triunfalismo do discurso classista, nunca as «lutas de classes» deixaram de ser marcadas pelos sentimentos e identidades das populações de um dado lugar, bairro, vila ou aldeia, hoje as lógicas de rebeldia que parecem emergir um pouco por todo lado apelam cada vez mais aos vínculos regionalistas e bairristas, reafirmando novamente a ideia de comunidade.

No caso português, sendo certo que o processo de modernização industrial e socioeconómica, além de tardio, foi contraditório, frágil e sempre matizado pela permanência de variadíssimas dimensões e lógicas de acção de características pré-modernas, os assomos de modernização da sociedade e a presença de discursos virados para o progresso e a democratização fizeram-se sentir a partir de finais do século passado e acentuaram-se com a queda da monarquia, dando lugar, como sabemos, a movimentações e lutas de grande significado social e político até ao início da década de trinta. Por exemplo, os movimentos mais significativos do Portugal oitocentista – o movimento constitucional, republicano, democrático, etc. – não obstante o alcance político e cívico que tiveram, estavam longe de constituir movimentos propriamente populares. Foram sobretudo lutas pelo poder entre facções da nobreza e da burguesia que procuraram mobilizar as suas bases de apoio. Apesar do envolvimento de amplos sectores

⁹ A disputa por uma parcela de terra, as políticas de urbanização, os padrões regionais de industrialização, as concentrações residenciais ou as alianças de classe numa dada região ou comunidade, por exemplo.

das classes baixas em todas as revoltas e revoluções registadas pela história, pode dizer-se que o primeiro movimento de raiz popular, dotado de um discurso e de um programa de acção autónomos e visando a alteração radical do sistema em favor do povo, foi o movimento operário e sindical. Desde o último quartel do século passado até finais dos anos vinte as lutas operárias e a linguagem sindical, não só contribuíram decisivamente para a queda do velho regime monárquico, como marcaram profundamente a agenda política dos múltiplos governos republicanos. Para além das inúmeras clivagens ideológicas e disputas partidárias que no seu seio se digladiaram, o movimento operário e a pressão das suas estruturas associativas impuseram no cenário sócio-político republicano um novo discurso e um novo actor colectivo. Nessa medida, as chamadas «classes perigosas» revestiram-se de uma inegável autenticidade histórica.

Muito embora, como atrás referi, a força operária e o seu poder reivindicativo não possam ser vistos senão no quadro de um país eminentemente rural, a linguagem emancipatória e «de classe» transcendeu muito o peso demográfico desses segmentos da população portuguesa. A «*linguagem de classe*» constituiu efectivamente um referente central da modernidade portuguesa, processo esse que culminou com o radicalismo político-ideológico dos anos quentes do pós-25 de Abril. Num sentido, a história do operariado português deste século assinalou o seu carácter persistentemente heterogéneo, bem como o seu enraizamento no quadro comunitário, ou seja, a resistência à exploração capitalista assentou em larga medida na defesa da produção artesanal e na força da tradição cultural local. Mas, noutro sentido, o discurso emancipatório, com toda a sua carga expressiva, revolucionária ou reformista, e o poder organizativo que o partido comunista lhe veio a imprimir (sobretudo durante o salazarismo), produziram em amplas camadas da classe trabalhadora formas de identificação e subjectividades dicotómicas de grande significado político e cultural. Acresce que, além da força simbólica e ideológica dessa linguagem de classe, nos principais núcleos de industrialização do país, assistiu-se, ao longo deste século e sobretudo a partir dos anos sessenta, à afirmação de culturas operárias de incontestável importância. Como acima referi, a estruturação do operariado enquanto força social foi fortemente modelada não apenas pelo antagonismo capital / trabalho, mas simultaneamente pelas culturas tradicionais de base comunitária, as quais contribuíram deci-

sivamente para dar sentido à acção colectiva – fosse esta ou não dramatizada pelo discurso solidarista e revolucionário – contextualizando as suas formas de protesto ou de resistência face ao poder dominante e deste modo redefinindo as identidades locais a partir de experiências e de lutas de base classista.

As teses da homogeneização da produção e da classe trabalhadora há muito que foram postas em causa, face às profundas alterações ocorridas nos mercados de trabalho das sociedades do mundo inteiro, principalmente a partir de princípios dos anos setenta. Lado a lado com a crescente heterogeneidade classista da força de trabalho, o movimento operário tem vindo a enfraquecer (em especial na Europa) e assiste-se hoje à pulverização ou «*desestandardização*» das formas tradicionais de trabalho e de acção sindical nos principais sectores produtivos, com a emergência de fenómenos actuais bem conhecidos, como a precaridade do emprego, o esbatimento de fronteiras entre trabalho e não-trabalho, a pluralidade e flexibilidade de modelos produtivos, o subemprego, o trabalho em regime domiciliário, etc., fenómenos estes que parecem ter como corolário o aumento da «*individualização*» das relações sociais, da insegurança e do risco em diferentes níveis da vida social (Beck, 1992: 140-149)¹⁰.

Estas tendências parecem dar novo sentido a alguns diagnósticos avançados na década de oitenta – no quadro dos modelos neoliberais personificados pelo tatcherismo e o reaganismo – que levaram autores como Michael Burawoy a falar de uma nova forma de despotismo: «o novo despotismo é fundado na base do regime hegemónico que veio substituir. É de facto um *despotismo hegemónico*. Os interesses do capital e do trabalho continuam a ser coordenados, mas onde o trabalho costumava ter concessões *garantidas* na base da expansão do lucro, agora *faz* concessões na base da lucratividade relativa de um capitalista em relação a outro» (Burawoy, 1985: 150). Na verdade, a perda de vitalidade e de capacidade de resistência organizada por parte da força de trabalho prende-se com esses aspectos. Mas o fenómeno não pode desligar-se de factores de natureza diferente, como sejam a expansão dos padrões de consumo de classe média

3. Comunitarismo e acção emancipatória

95

¹⁰ Veja-se, entre outros, Hyman (1988 e 1994); Regini (1994); Ruyssveldt e Visser (1996); Costa (1998).

junto de boa parte das famílias trabalhadoras que, embora de forma mitigada e ilusória, parecem crescentemente seduzidas pelas aparentes facilidades de acesso a alguns dos ícones da cultura moderna e pela força dos audiovisuais, enveredando cada vez mais por esquemas conformistas de imitação e massificação cultural.

Perante a crise das velhas utopias e as imensas nuvens de incerteza que se deparam ao mundo contemporâneo, os desafios futuros e a recriação de novas utopias exige, pois, uma permanente reinvenção do passado como resposta ao risco de eternização do presente que as subjectividades fragmentárias e simplificadas acarretam. Como refere Boaventura Sousa Santos ao abordar, a partir do dilema entre raízes e opções, os actuais perigos que se colocam à humanidade, «o futuro já perdeu a sua capacidade de redenção e o passado ainda não a adquiriu. Já não somos capazes de pensar a transformação social a partir da equação entre raízes e opções, mas tão pouco somos capazes de a pensar sem ela. O perigo reside na eternização do presente e na sua capacidade de fulguração kafkiana. O perigo reside em que, uma vez desprovidos das tensões em que formámos a nossa subjectividade, nos quedemos por formas simplificadas de subjectividade» (Santos, 1996: 31).

Se o desenraizamento prometido pela era moderna foi, num certo sentido, vivido como libertação, se o individualismo moderno constituiu um factor de emancipação, de conquista de autonomia e de ampliação de escolhas, a ambivalência que tal processo transporta é hoje cada vez mais visível nos efeitos destrutivos do individualismo atomizado, da «desfiliação» (Castel, 1990), do aumento do risco (Beck, 1992) e da insegurança: «no mesmo acto, a individualização-emancipação dobra-se numa individualização-fragilização. Tudo se torna mais indeterminado e cada um de nós é levado a organizar a sua vida de um modo mais precário e solitário» (Fitoussi e Rosanvallon, 1997: 19). Este processo parece arrastar consigo um «mal-estar identitário» – o qual, de resto, se afirma mais ligado à dimensão afectiva e sentimental do que à dimensão racional – que é tanto mais notório quanto mais se assiste ao desmoronamento de alguns dos corpos secundários que asseguraram a estabilidade, a solidariedade e o «contrato social»: a era do «pós-contratualismo» comporta uma infinidade de riscos não só do ponto de vista do indivíduo frágil e despojado, mas também no que respeita à defesa dos regimes democráticos (Santos, 1998).

Discutindo o problema da «comunidade» *versus* «oportunidade», Bellah (1991 e 1997) salienta a importância decisiva do papel das instituições (jurídicas, pedagógicas, etc.) enquanto dimensão central sem a qual não existe de facto «livre escolha», sem a qual a vida comunitária dificilmente se poderia tornar efectiva nas sociedades modernas e sem a qual estariam ameaçados os valores e padrões de vida colectiva que permitem modelar o tipo de pessoa capaz de conquistar oportunidades. Esta concepção neoliberal recusa como solução a ideia da «comunidade adquirida» (da pequena tradição), mas ao mesmo tempo denuncia o excesso de individualismo e advoga para as sociedades complexas a «comunidade escolhida», enquanto sinónimo de «bem comum», uma comunidade plural e heterogénea que, nesta perspectiva, deverá ser edificada sobretudo através da acção institucional e não tanto a partir da actividade associativa da sociedade civil ou da acção dos movimentos sociais. É, no fundo, a resposta institucional às supostas ameaças de «anomia» e deterioração das estruturas sociais, uma resposta que já Durkheim tinha enfatizado e que John Dewey retomou ao sustentar que as sociedades do século XX «invadiram e parcialmente desintegraram as pequenas comunidades de épocas passadas, sem gerarem uma grande comunidade» (*apud* Ferrara, 1997: 399). Esta orientação tem vindo a animar alguns debates actuais entre liberais e comunitaristas, dando também lugar a propostas mistas ou de compromisso, que, ao mesmo tempo, rejeitam a solução individualista e o saudosismo idealista da comunidade tradicional (Bauman, 1997: 86)¹¹.

Em alternativa à visão liberal que concebe a cidadania num sentido formal e restrito de defesa dos direitos políticos

¹¹ Segundo Zigmunt Bauman, uma das razões do sucesso dos autores «comunitaristas» prende-se com a ideia nostálgica que apresenta a «comunidade natural» como independente e geralmente em oposição ao Estado. Aquele autor acusa os filósofos comunitaristas de verem o Estado como se este estivesse abandonado a um papel de garante contra os factores de produção de risco que se colocam à existência humana: «ele cuida da liberdade, mas ao fazer isso deixa os indivíduos entregues a meios patentemente inadequados à sua luta para navegar por entre os riscos da liberdade no sentido de rumar até ao paraíso das 'escolhas significativas'. Como outrora a nação, também agora a 'comunidade natural' se ergue em defesa desse sonho de segurança celestial. Esse céu localiza-se longe das estradas da exploração, em lugares que os navegantes solitários já foram há muito desencorajados de visitar. Todavia, por mais ansiosos que estejam os comunitaristas de 'enraizar' esses lugares num genuíno ou inventado passado pré-moderno, é o moderno espírito de aventura, de explorar o inexplorado, de tentar o não tentado que os torna atractivos, tanto para os filósofos como para os seus leitores. Talvez desta vez...» (Bauman, 1997: 86).

individuais assegurados pelo Estado, diversos autores (Etzioni, 1994; Mouffe, 1996; Ferrara, 1997; Santos, 1994, 1995 e 1998) vêm propondo que o «*défice de comunidade*» seja colmatado, não por formas atomizadas de intervenção, mas sim por modos de participação colectiva em novas bases, em que se recusa a solução individualista e se procuram novos caminhos de orientação emancipatória. Para Boaventura Sousa Santos a comunidade é um dos princípios em que o projecto da modernidade se apoiou (ao lado dos princípios do mercado e do Estado) para levar a cabo a acção de enquadramento e regulação dos processos sociais. Todavia, tal não impediu que a comunidade se constituísse como um princípio de representação, de argumentação e de acção que permanece em aberto. Quer isto dizer que, comparativamente com os princípios do mercado e do Estado, o princípio da comunidade «foi o mais negligenciado nos últimos duzentos anos e tanto assim é que o mesmo quase acabou sendo absorvido pelos princípios do mercado e do Estado. Mas também por essa razão, é o princípio que permaneceu menos estorvado pelas determinações (sistémicas) e está em melhor posição para ser envolvido numa dialéctica positiva com o pilar da emancipação» (Santos, 1995: 23). Segundo Santos, apesar da enorme diversidade dos elementos constituintes da comunidade, há um ponto que lhes é comum: a sua capacidade de resistência. Assim, o lugar marginal que ocupou face à acção predadora e racionalizadora do mercado e do Estado, tornou-a aberta a novos contextos e preservou-lhe potencialidades de sentido emancipatório, as quais podem ser activadas a partir das suas dimensões menos sujeitas à colonização pelo projecto da modernidade: a participação, a solidariedade e o prazer colectivamente partilhado.

As comunidades inserem-se hoje em «*redes comunitárias*» e não existem fora das determinantes estruturais das formações sociais. Articulam-se com uma diversidade de *locus* de poder estrutural¹². Nessa medida, para se oporem aos poderes hegemónicos precisam de uma representação de si mesmas e de meios para ampliar as suas audiências e públicos. Enquanto parte de processos de mudança sociocultural mais vastos, a acção emancipatória traduz-se na recusa

¹² Os seis espaços estruturais propostos por Santos são os seguintes: o espaço doméstico, o espaço produtivo, o espaço do mercado, o espaço da comunidade, o espaço da cidadania e o espaço mundo (Santos, 1995: 420-424).

do discurso hegemónico colonizador¹³. Esta proposta de combate apoiada na recuperação do princípio da comunidade só é possível com a emergência de um novo paradigma de conhecimento emancipatório orientado no sentido do cosmopolitismo contra-hegemónico e capaz de reconstruir a neocomunidade em espaços mais vastos de solidariedade (Santos, 1995: 48).

Neste contexto, falar hoje de comunidade significa questionar e reinventar a própria noção de comunidade, retirando-lhe a conotação nostálgica e o vínculo espacial que a tem acompanhado e conferindo-lhe uma perspectiva construcionista e discursiva. A *realização da comunidade* aponta, assim, para a presença de fórmulas discursivas ou processos em construção que aspiram à conquista de uma nova forma de identidade colectiva. Ainda que muitas vezes de modo implícito, tal orientação não deixa de marcar e até promover os modelos de acção em que a rebeldia popular muitas vezes vem tomando forma. Importa não esquecer o papel que neste processo desempenha a dupla dimensão espaço / tempo. Quer as instâncias do poder hegemónico que intervêm em nome da comunidade, quer os actores que a pretendem preservar ou desenvolver, posicionam-na na história. Quando as bases da comunidade local pré-moderna começaram a ser ameaçadas pelo capitalismo, os Estados e as instituições em geral procederam à sua *destradicionalização*: «a redefinição e o retrabalhar do passado realmente cria esse passado» (Morris, 1996: 224).

Porém, as experiências de acção colectiva ocuparam e continuam a ocupar um papel decisivo na reestruturação identitária e na modelação da dimensão comunitária ao produzirem discursos, orientações e subjectividades colectivamente partilhados, sejam eles dirigidos para a defesa das raízes e do passado, sejam direccionados num sentido prospectivo e orientados para o futuro. A distinção, formulada por Paul Morris, entre *comunidades de descendência* e *comunidades de ascendência* é, a este propósito, sugestiva. As *comunidades de descendência* correspondem a uma centragem nas origens e na tradição. Tendem a defender a autenti-

¹³ As possibilidades de acção emancipatória a partir do princípio da comunidade traduzem-se na prática nas acções de resistência e de luta que os grupos oprimidos podem desencadear, uma vez que a comunidade é aqui entendida como uma neocomunidade inserida em processos de mudança histórico-social e não como a comunidade romântica onde impera a igualdade e o consenso ou a ignorância submissa.

cidade das suas raízes no sentido em que a identidade dos seus membros se apoia sobretudo nos valores e crenças particulares, cimentadas no passado e procuram preservar a sua diferença através das sucessivas gerações¹⁴. As *comunidades de ascendência*, pelo contrário, correspondem a um sentido missionário e apoiam-se principalmente na construção de uma retórica ou doutrina centrada num futuro desejado. Apesar destes processos poderem ser observados em diferentes campos da vida social – tais como a religião, a classe, a etnia ou a nação – pode dizer-se que se trata, sobretudo, de fórmulas discursivas que em geral se revestem de um conteúdo político e ideológico. Enquanto as comunidades de ascendência se projectam para fora e para diante (são de tipo centrífugo) e aspiram a uma totalidade, as comunidades de descendência projectam-se para dentro e para trás (são de tipo centrípeto) e aspiram à recuperação de uma identidade anterior, que supostamente pré-existe a qualquer construção (Morris, 1996: 238-243).

Convém, no entanto, sublinhar a complexidade e o sentido dialéctico de tais lógicas. Ou seja, os processos simbólicos de mitificação das experiências colectivas – sejam eles de tipo *projectivo* em relação ao passado ou *prospectivo* e virados para o futuro – incorporados pelos actores e sujeitos sociais através da retórica discursiva, acompanham a linguagem *comunitarista*, seja ela a da localidade, a da classe ou a da nação. Embora nem sempre nítidas, são incontornáveis as conexões e ambivalências entre «motivações» e «causas», isto é, entre os ideais voluntaristas e os seus fundamentos sociológicos. Se tomarmos o exemplo da classe enquanto projecto que procurou realizar uma identidade de tipo *ascendente*, existiu sempre uma apropriação metafórica de elementos do passado «comunitário», de resto facilmente detectável, por exemplo, no discurso em torno da utopia comunitarista. Paralelamente, e como atrás indiquei, as orientações apoiadas na defesa da tradição não raro escondem processos de reconversão que transportam uma lógica ascendente. Dir-se-ia que o discurso comunitário dirigido num sentido emancipatório e cosmopolita procura sobretudo articular estas duas dimensões – que também poderiam ser vistas como a oposição raízes *versus* projectos ou defesa territorial-

¹⁴ O mesmo autor refere também que as comunidades de descendência apoiam-se geralmente em hierarquias menos estruturadas e coercivas do que as comunidades de ascendência.

lizada *versus* procura da universalidade – defendendo as origens mas ao mesmo tempo adaptando-as e projectando-as no futuro e no exterior (Santos, 1995).

A especificidade das experiências de acção colectiva e de mobilização popular que tiveram lugar na conjuntura política portuguesa do pós-25 de Abril constituem um marco fundamental para a compreensão da sociedade portuguesa contemporânea, em especial no que se refere à forma como tais experiências combinaram e misturaram modelos de participação tão diversificados¹⁵. A classe e a comunidade constituíram então duas lógicas de acção aparentemente sobrepostas, mas que, com o correr do tempo vieram a manifestar as ambiguidades que cada uma encerra e a permanente tensão em que sempre conviveram, como atrás referi.

A explosão social iniciada no dia 25 de Abril de 1974, quando a população de Lisboa saiu à rua a aplaudir os militares vitoriosos, culminando dias depois com a grande festa de unificação popular do dia 1º de Maio, deu expressão ao sentimento de júbilo com que o povo português aplaudiu a conquista da liberdade. Essa primeira onda de comunhão e celebração colectiva caracterizou-se sobretudo pela sua natureza espontânea e conjuntural, configurando um amplo movimento unificador que, apesar de relativamente efémero, foi vivido com uma tal intensidade que – embora traduzindo uma unificação apenas momentânea – erigiu esse período num fragmento da nossa história recente cujo significado simbólico e sociológico transcendeu extraordinariamente o mero significado de uma viragem sócio-política. O envolvimento nessas experiências de participação colectiva, com todo o seu idealismo e radicalismo, fez delas momentos estruturantes das subjectividades e trajectórias de vida de várias gerações de portugueses justamente porque se tratou

4. As experiências mobilizadoras do pós-25 de Abril

101

¹⁵ Pode dizer-se que o que se passou em Portugal entre Abril de 1974 e Novembro de 1975 foi, em si mesmo, um amplo movimento social que atingiu o país de norte a sul, mas, mesmo antes, uma larga variedade de movimentos se ligam directa ou indirectamente à «revolução dos cravos», tais como os movimentos estudantis dos anos sessenta, os movimentos migratórios para a Europa no mesmo período, alguns movimentos laborais e sindicais na viragem da década de sessenta para a de setenta. Reflexo da situação política e sócio-económica em que se encontrava a sociedade portuguesa, tais experiências – juntamente com a questão fulcral da guerra colonial, bem como a situação decrépita e sem saída em que se encontrava o regime de Salazar e Caetano – ajudaram a criar o clima social favorável à emergência do movimento militar dos capitães de Abril.

de uma experiência rara de *realização de comunidade*. Pouco importa que tal «aventura emancipatória» não tenha passado de uma ilusão de emancipação, porque as ilusões vividas como realidade tornam-se, em certo sentido, realidade. Neste caso, a macro e a micro-comunidade pareciam justapôr-se, do mesmo modo que o unanimismo espontâneo fundado nos ideais de socialismo e justiça social pareciam completar-se com a diversidade de opiniões e de orientações ideológicas.

Retomando a conceptualização de Robert Park, poder-se-á dizer que o «público» e a «multidão» se tornaram dimensões indestrinçáveis na conjuntura portuguesa da época. Os fortes movimentos populares e as inúmeras experiências de luta e de participação colectiva que se viveram no período «revolucionário» do pós-25 de Abril, combinaram dimensões de rebeldia espontânea de «multidão», com dimensões quer dos «velhos» quer dos «novos» movimentos sociais. Essa diversidade de orientações e dinâmicas colectivas foi de resto um traço comum que acompanhou a vitalidade das acções populares desse período. Ao mesmo tempo que, como então se dizia, a revolução estava na ordem do dia e visava a sociedade socialista, a democracia participativa e o associativismo de base pautavam-se por objectivos imediatos; ao mesmo tempo que a vanguarda operária servia de principal emblema das acções «de classe», os protestos e a mobilização colectiva congregavam estudantes, jovens, mulheres, associações de moradores, a mostrar a natureza transclassista do movimento; ao mesmo tempo que emergiam grupos e movimentos ecologistas, feministas e pacifistas, os mesmos discutiam a «pureza» dos princípios revolucionários e de que forma os seus objectivos imediatos se articulavam com o socialismo; ao mesmo tempo que a classe e a retórica marxista em geral permeavam todos os espaços de agitação social e política, as populações dos bairros de barracas organizavam-se, em muitos casos com o apoio do exército e de instituições do Estado; ao mesmo tempo que se multiplicavam as estruturas e organizações partidárias, era a mobilização espontânea que tomava a dianteira.

Os movimentos ecologistas, feministas, pacifistas, etc. – que os sociólogos teorizaram, tomando como principais referências as experiências da luta estudantil do Maio de 68 em França e os movimentos pacifistas da América do Norte e da Europa contra a guerra do Vietname e pelo desarmamento – eram praticamente inexistentes em Portugal à data do 25 de

Abril¹⁶. As lutas académicas da década de sessenta, apesar da sua importância simbólica e política, não passaram de protestos pontuais dificilmente enquadráveis nos novos movimentos sociais. Quer o movimento pacifista, quer o ecologista, não tiveram condições de se afirmar como «novos» movimentos sociais no panorama português de então, onde a luta política e ideológica era hegemonizada pelas estruturas partidárias e onde os partidos pequenos disputavam com os maiores (nomeadamente o PS e o PCP) a forma mais eficaz de minar e instrumentalizar qualquer movimento de protesto ou estrutura associativa: da greve às ocupações de casas devolutas, das manifestações anti-fascistas às lutas estudantis, dos protestos de moradores à mobilização sindical¹⁷.

Para os propósitos do presente texto interessa acima de tudo reter que os movimentos populares do pós-25 de Abril

¹⁶ Como é sabido, os velhos movimentos sociais, em particular o movimento democrático e o movimento operário que tinham sido alvo de perseguição e repressão salazarista, só a partir de Abril de 1974 puderam dar expressão aos seus objectivos políticos. É nesse sentido que se pode dizer, como assinalou Boaventura de Sousa Santos (1994), que os velhos movimentos sociais eram «novos» e os novos movimentos sociais, no sentido político corrente eram fracos e, nalguns casos, mesmo inexistentes na sociedade portuguesa (Santos, 1994: 229).

¹⁷ Alguns destes aspectos são mencionados num interessante texto de Eugénia Rodrigues (1995), que compilou e analisou dados curiosos sobre as associações de defesa do ambiente em Portugal. As poucas associações ambientalistas criadas antes do 25 de Abril, praticamente não desenvolveram actividades com alcance público ou político antes de 1974. A LPN (Liga de Protecção da Natureza, fundada em 1948), por exemplo, permaneceu até finais dos anos 70 no âmbito estritamente académico. A generalidade das associações nesta área ou em defesa da paz, só no início dos anos oitenta ganharam algum relevo. Os organismos e associações de luta em defesa do ambiente, da paz, dos direitos das mulheres ou dos jovens, emergiram no pós-25 de Abril e em geral vinculados, se bem que por vezes de forma encoberta, às estruturas partidárias e sindicais. Há, no entanto, excepções. É o caso, por exemplo, da acção de alguns activistas da causa ecológica, como o núcleo dinamizado pelo jornalista Afonso Cautela que, em Julho de 1974, deu origem ao chamado Movimento Ecológico Português. No seu manifesto fundador podiam ler-se críticas ao industrialismo e à ideologia da sociedade de consumo, a denotar, portanto, alguma identidade de objectivos com os novos movimentos sociais. Mas as intenções dos seus promotores de abrir uma «frente ecológica» perderam-se em torno das lutas de «princípios» entre as «tendências» mais variadas (como os «macrobióticos», os «antinucleares», os «conservacionistas», os «não-violentos», etc.). Quando, anos mais tarde, apareceram os «Amigos da Terra», entre outras estruturas, a mobilizar os jovens de Lisboa no Dia Mundial de Luta Anti-nuclear (Maio de 1980) para uma ocupação simbólica do jardim da Fundação Gulbenkian contra o então projecto para o novo Centro de Arte Moderna, já estava em marcha desde 1976 o movimento de luta pela paz e contra a energia nuclear, o qual foi marcado pelas iniciativas da Juventude Comunista, por isso acusada de manipular as acções e de facciosismo na luta pelo desarmamento (apenas denunciando um das superpotências) (veja-se Rodrigues, 1995).

foram inelutavelmente marcados pelo discurso ideológico marxista, isto é, com a *linguagem de classe* no centro de todos os debates. Na verdade, o efeito social da lógica dicotómica e polarizada de um tal discurso não atingiu apenas os sectores mais politizados da população, já que a generalidade dos direitos laborais que passaram a vigorar foram conquistados num período de hegemonia desse discurso¹⁸.

104

5. Para um estudo das «novas» formas de protesto público

Sem dúvida que as formas clássicas de mobilização colectiva, tais como as greves ou as manifestações públicas promovidas por sindicatos, partidos e associações estudantis, cívicas ou profissionais, ocuparam – sobretudo desde o 25 de Abril – um lugar fundamental na democracia portuguesa. Não pretendo, de resto, advogar o seu desaparecimento, mas apenas chamar a atenção para o que considero ser uma tendência emergente de formas de acção e de rebeldia popular que obedecem a uma lógica diferente e que se tornam mais significativas à medida que aquelas vêm perdendo vigor.

Parece evidente, com efeito, que as formas de protesto público que vêm ocorrendo na nossa sociedade nas últimas duas décadas têm vindo a adquirir novos contornos, os quais se prendem com os aspectos que acabei de focar: o esbatiamento dos conflitos de base classista (sobretudo o operário); a fragmentação e precarização da relação salarial; a massificação dos consumos e estilos de vida; a individualização e atomização dos comportamentos no quotidiano; e a reemergência do papel da comunidade.

Como *hipótese de partida* para uma abordagem dos actuais «movimentos» de protesto, sustento que o radicalismo e a intensidade da contestação colectiva de base comunitária exprime – por vezes de forma dramatizada – a ausência de partilha dos problemas colectivos no quotidiano das populações e, ao mesmo tempo, evidencia uma luta pelo reconhecimento social (Honneth, 1996) como resposta a uma necessidade social crescentemente negada, quer na esfera laboral, quer na esfera pública e institucional. Por um lado, existe uma lógica de tipo centrífugo que leva as populações a desenvolverem as suas actividades profissionais em espaços cada vez mais diversificados. A defesa individual é assim

¹⁸ Designadamente, o quadro legislativo que então começou a ser produzido foi, como se sabe, extremamente vulnerável a esse clima discursivo e fez-se sentir até recentemente em diversos domínios do aparelho jurídico e dos direitos sociais.

orientada para a esfera privada e familiar, enquanto a identidade colectiva e o sentido de partilha no seio da comunidade se desvanecem. Mas, por outro lado, é a fragilização das instituições comunitárias que, ao favorecer o sentimento de insegurança cria as condições para o despoletar de manifestações de protesto (Hespanha, 1996: 13)¹⁹. É por isso que quando um movimento de base local é desencadeado, esse défice de enraizamento e de partilha colectiva tende a ser compensado sob formas intensas de participação e de envolvimento subjectivo. Dir-se-á que, paradoxalmente, é a fragmentação da comunidade que faz reemergir a comunidade como campo de mobilização e de luta. A este propósito, é de realçar o papel ambivalente da televisão. A avassaladora presença do consumo televisivo tem um efeito não só de alienação e petrificação intelectual, mas também um efeito mágico de sedução que acentua fortemente a ideia de que o que existe de «importante» é o que pode ser visto na televisão. Nessa medida, do ponto de vista das colectividades locais, uma causa digna e justa, uma reivindicação localmente sentida pela comunidade é simultaneamente uma oportunidade de reavivar o seu espírito colectivo e de, mediaticamente, se mostrar perante um auditório nacional. É «um nome» que quer ser escrito no mapa da existência mediática. É a luta de resistência de uma identidade colectiva ameaçada. Certamente que protestos locais, rivalidades e bairrismos de diversos matizes sempre existiram. Mas, no panorama actual – em que a classe ou as comunidades solidaristas do local de trabalho perderam o seu fulgor e significado na estruturação identitária – tais fenómenos revestem-se sem dúvida de novos contornos.

Mas os movimentos e formas de protesto público que têm vindo a surgir na nossa sociedade nos últimos anos apresentam características muito diversificadas. Nessa medida, qualquer programa de pesquisa obrigará, desde logo, à sua tipificação. E esta exigirá, sem dúvida, que se proceda a um levantamento sistemático de informação sobre um variado leque de questões. Entre os procedimentos destinados a esse fim, destaco os seguintes: a) caracterizar os motivos que fizeram despoletar o movimento; b) captar o carácter espontâneo ou planeado e organizado desses movimentos

¹⁹ Sobretudo se tivermos em conta os ambientes rurais da sociedade portuguesa, em que as funções da agricultura vão para além do seu carácter propriamente produtivo, assumindo-se como importante factor de reprodução da força de trabalho industrial (Hespanha, 1994).

(presença de líderes); c) saber qual o tipo de estruturas e vinculações associativas, partidárias ou institucionais que estão na génese da mobilização; d) indagar se a orientação da acção se caracteriza por objectivos de tipo progressista e emancipatório ou se é sustentada por atitudes de cariz conservador (xenóforo, racista, etc.); e) aferir o grau de abrangência do movimento de protesto e os meios de mobilização postos em marcha (recursos mobilizados, formas de divulgação, estratégias perante os *media*); f) identificar quais as bases de legitimação argumentativa na divulgação dos motivos de protesto (recurso a argumentos técnico-científicos); g) saber qual o tipo de adversário contra o qual a luta foi desencadeada (autarquia, empresa, Estado, etc.); g) verificar os resultados subsequentes de uma dada acção, quer quanto aos objectivos alcançados, quer quanto a possíveis canais e parceiros de diálogo conseguidos na sequência da luta (designadamente na relação com as instituições e estruturas associativas locais, tais como autarquias, partidos políticos, etc.).

Finalmente, a realização de uma pesquisa sociológica em torno deste tema deverá recorrer a uma pluralidade de metodologias e deverá abranger, pelo menos, o período desde o início da década de noventa. Em primeiro lugar, um levantamento documental de registos oficiais de acções de protesto, nomeadamente junto dos Governos Cívicos, da polícia e da GNR; em segundo lugar, um levantamento de imprensa e de informação audio-visual respeitante ao período em análise, após prévia selecção das fontes a privilegiar; em terceiro lugar, desenvolver estudos de caso com base no acompanhamento e observação directa de um ou vários protestos atempadamente identificados; em quarto e último lugar, procurar reconstituir as etapas e formas de emergência de alguns desses movimentos concretos – entre os casos que merecerão atenção mais detalhada, poderão figurar, por exemplo, os protestos de Maceira e Souselas, contra o projecto de co-incineração dos resíduos industriais – através de visitas ao local e de entrevistas a observadores privilegiados.

6. Conclusão

A necessidade de levar a cabo uma nova linha de pesquisa sociológica em torno desta temática, faz tanto mais sentido quanto se assiste a uma crescente perda de capacidade mobilizadora das tradicionais estruturas associativas (sindicais, partidárias, etc.). No actual cenário de globalização

económica e de fragilização das relações sociais e laborais de base contratual em diversos domínios da vida social, ou a sociedade tem capacidade para desenvolver formas mais imaginativas e subtis de manifestação, de participação cívica e política orientadas para a construção de uma cidadania activa, ou as relações sociais e a lógica comunitária estiolam cada vez mais, com o permanente debilitar da «esfera pública» e o conseqüente risco de esvaziamento da vida democrática.

É indiscutível o enorme poder dos *mass media* (designadamente da televisão) sobre a vida social e o seu impacto na padronização de estilos de vida e modelos de consumo. Mas, apesar da força indutora de passividade que esses meios transportam, não é crível que isso possa asfixiar por completo a acção colectiva e a rebeldia popular. Há sinais reveladores de que as comunidades silenciadas nem sempre se resignam à «não-existência». O próprio campo jornalístico é, de resto, atravessado por inúmeras contradições e, portanto, deve admitir-se o seu papel activo no acicatar da contestação²⁰. Em certos casos, as colectividades conseguem tirar proveito da visibilidade mediática, exibindo formas de denúncia mais ou menos originais e espectaculares – por vezes de grande violência e originalidade, como foram os casos das largadas de leitões em Lisboa, dos cortes de estradas, dos ataques a camiões espanhóis, etc. – de grande impacto junto da opinião pública e das instituições políticas. A dimensão de encenação e a capacidade de utilização instrumental dos meios de comunicação social foram, recorde-se, características apontadas aos novos movimentos sociais dos

²⁰ A esse respeito, pode dizer-se que o papel dos *mass media* e, em geral, das chamadas novas tecnologias da informação, bem como a ideia vulgarizada da «sociedade da informação», devem obviamente ser confrontados com a reflexão crítica e sujeitos ao escrutínio da pesquisa empírica, por forma a desmontar o efeito mistificador e positivista que tais discursos adquirem junto de alguns sectores da opinião pública, em particular as camadas jovens. Na verdade, a maior facilidade de acesso à informação parece caminhar de par com o aprofundar do «gap» entre os que efectivamente a procuram e a usam, e aqueles cujas condições sociais de existência lhes neutralizam as possibilidades de a ela terem acesso. Sobre o papel das tecnologias de informação na criação de oportunidades iguais e/ou no aprofundar de novas desigualdades sociais há, como se sabe, toda uma discussão em aberto. Resta acrescentar, em todo o caso, que a «web», por exemplo – sendo um poderoso meio hoje disputado por variadíssimas forças – pode contribuir para a estruturação de novas formas de acção ou até movimentos sociais orientados para a participação cívica e política de âmbito global, como se viu recentemente com os acontecimentos de Seattle ou com o movimento de solidariedade para com o povo de Timor Leste, no passado mês de Setembro.

anos sessenta e setenta. Mas, na actual situação de crise das ideologias emancipatórias, importa investigar se na sociedade portuguesa as formas de denúncia e de acção colectiva que tenho vindo a referir são sobretudo de carácter reactivo e animadas por lógicas pré-modernas de defesa identitária, ou se, pelo contrário, se definem antes pelo sentido transgressivo de intervenção contra-hegemónica, isto é, se obedecem a processos de redefinição do sentido comunitário e solidarista. Qualquer que seja o seu significado futuro trata-se, sem dúvida, de fenómenos que podem servir de barómetro à democracia representativa que temos e fornecer novas pistas acerca da construção de uma cidadania democrática mais activa e participada. Recensear e estudar os sinais dos tempos neste domínio pode não só abrir novos contributos para a reflexão e análise sociológicas, como ajudar a descortinar formas de intervenção mais eficazes, quer para as instituições estatais, quer para as estruturas associativas e demais actores da vida social e política. ■

Referências Bibliográficas

- Aminzade, R. 1984 «Capitalist Industrialization and Patterns of Industrial Protest: a Comparative Urban Study of Nineteenth Century in France», *American Sociological Review*, 49.
- Anderson, Benedict 1991 *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso.
- Bauman, Zygmunt 1997 *Thinking Sociologically*. Oxford: Blackwell.
- Beck, Ulrich 1992 *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage.
- Bellah, Robert 1997 «The Necessity of Opportunity and Community in a Good Society», *International Sociology*, 12 (4), 387-393.
- Bellah, Robert *et al.* 1991 *The Good Society*. New York: Knopf.
- Benton, Ted 1985 *The Rise and Fall of Structural Marxism*. London: MacMillan.
- Burawoy, Michael 1985 *The Politics of Production*. London: Verso.
- Calhoun, Craig 1982 *The Question of Class Struggle – Social Foundations of Popular Radicalism during the Industrial Revolution*. Oxford: The University of Chicago Press.
- Castel, Robert 1990 «Le roman de la désaffiliation. A propos de Tristan et Iseut», *Le Débat*, Setembro/Outubro.
- Cohen, Jean L.; Arato, Andrew 1992 *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Costa, Hermes Augusto 1998 «Cenários de transformação laboral em final do século», *Oficina do CES*, 106.
- D'Epinay, C. Lalive *et al.* 1982 *Temps libres - culture de masse et culture de classe aujourd' hui*. Paris: Favre.
- Dalton, Russel J.; Kuechler, Manfred (eds.) 1990 *Challenging the Political Order: New Social and Political Movements in Western Democracies*. Oxford: Polity Press.
- de Grazia, Victoria 1981 *The Culture of Consent*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Eder, Klaus 1993 *The New Politics of Class – Social Movements and Cultural Dynamics in Advanced Societies*. London: Sage.
- Elias, Norbert; Dunning, Eric 1992 *A busca da excitação*. Lisboa: Difel.
- Elster, Jon 1991 *Making Sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Etzioni, A. 1994 *The Spirit of Community*. New York: Crown.
- Eyerman, Ron; Jamison, Andrew 1991 *Social Movements – A Cognitive Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferrara, Alessandro 1997 «The Paradox of Community», *International Sociology*, 12 (4), 395-408.
- Fitoussi, Jean-Paul; Rosanvallon, Pierre 1997 *A nova era das desigualdades*. Oeiras: Celta.
- Gregory, Derek; Urry, John 1985 *Social Relations and Spatial Structures*. London: MacMillan.
- Hespanha, Pedro 1994 *Com os pés na terra. Práticas fundiárias da população rural portuguesa*. Porto: Afrontamento.

- Hespanha, Pedro 1996 «The Dynamics of Globalization: Social Crises and Conflict in the Portuguese Rural Areas», *Oficina do CES*, 85.
- Hobsbawm, Eric 1965 *Primitive Rebels*. New York: W. W. Norton.
- Honneth, Axel 1996 *The Struggle for Recognition. The Moral Grammar of Social Conflicts*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Hyman, Richard 1988 *The Political Economy of Industrial Relations: Theory and Practice in a Cold Climate*. Basingstoke: MacMillan.
- Hyman, Richard 1994 «Trade Unions and the Desaggregation of the Working Class», in Regini, Marino (ed.), *The Labour Movements*. London: Sage, 150-168.
- Jones, G. Stedman 1989 *Languages of Class – Studies in English Working Class History 1832-1982*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laclau, Ernesto; Mouffe, Chantal 1985 *Hegemony and Socialist Strategy*. London: Verso.
- Mannheim, Karl 1936 *Ideology and Utopia: an Introduction to the Sociology of Knowledge*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Marshall, Gordon 1997 *Repositioning Class: Social Inequality in Industrial Societies*. London: Sage.
- Marshall, Gordon 1988 *Social Class in Modern Britain*. London: Unwin Hyman.
- et al.*
- Melucci, Alberto 1985 «The Symbolic Challenge of Contemporary Movements», *Social Research*, 52(4), 789-816.
- Morris, Paul 1996 «Community Beyond Tradition», in Heelas, Paul *et al.* (eds.), *Detraditionalization*. Oxford: Blackwell, 223-249.
- Mouffe, Chantal 1996 *O regresso do político*. Lisboa: Gradiva.
- Offe, Claus 1985 «New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics», *Social Research*, 52(4), 817-868.
- Offe, Claus; Wiesenenthal, Helmut 1984 «Duas lógicas da acção colectiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização», in Offe, Claus (ed.), *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 57-118.
- Olson, Mancur 1998 *A lógica da acção colectiva*. Oeiras: Celta.
- Park, Robert 1972 *The Crowd and the Public and Other Essays*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Pizzorno, Alessandro 1978 «Political Exchange and Collective Identity in Industrial Conflict», in Crouch, C. e Pizzorno, A. (eds.), *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*. New York: Holmes and Meier (vol. 2).
- Regini, Marino 1994 *The Future of Labour Movements*. London: Sage.
- Rodrigues, Eugénia 1995 «Os novos movimentos sociais e o associativismo ambientalista em Portugal», *Oficina do CES*, 60.
- Ruyssveldt, 1996 *Industrial Relations in Europe*. London: Sage.
- Joris van; Visser, Jelle (orgs.)
- Santos, Boaventura 1994 *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- de Sousa
- Santos, Boaventura 1995 *Toward a New Common Sense*. London/New York: Routledge.
- de Sousa

- Santos, Boaventura de Sousa 1996 «A queda do *Angelus Novus*: para além da equação moderna entre raízes e opções», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 45, 5-34.
- Santos, Boaventura de Sousa 1998 «Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo», *Oficina do CES*, 107.
- Sibley, David 1995 *Geographies of Exclusion*. London/New York: Routledge.
- Skocpol, Theda 1985 *Estados e revoluções sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Thompson, E. P. 1987 *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (vols. I, II e III).
- Thrift, Nigel 1996 *Spatial Formations*. London: Sage.
- Thrift, Nigel; Williams, Peter 1987 «The Geography of Class Formation», in *Class and Space – The Making of Urban Society*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Tilly, Charles 1978 *From Mobilization to Revolution*. Addison, Mass: Wesley Publishing Company.
- Tilly, Charles *et al.* 1975 *The Rebellious Century: 1830-1939*. Cambridge: Harvard University Press.
- Touraine, Alain 1981 *The Voice and the Eye: An Analysis of Social Movements*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Weber, Max 1989 «Classe, status e partido» in Cruz, M. Braga da, *Teorias sociológicas, I Vol. – os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 737-752.